



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

**AO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ-ES**

Vimos, por meio deste, consubstanciado no art. 49 da Lei Orgânica do Município de Jaguaré/ES, encaminhar o Anteprojeto de Lei Legislativo nº **06/2024**, de autoria do vereador JEAN FÁBIO COSTALONGA, para que seja levado à apreciação dos Dignos Pares.

Atenciosamente,

**JEAN FÁBIO COSTALONGA**  
Vereador



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

**MENSAGEM E JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores, e Dignos Pares, o presente anteprojeto de lei visa criar a Assistência Jurídica Municipal em Jaguaré/ES, no âmbito da Secretaria de Assistência Social para atendimento no CREAS e Casa Lar.

O presente anteprojeto de lei está corroborado pela recente decisão do Supremo Tribunal Federal, pela ADPF 279, na qual foi reconhecida a ausência de privacidade/monopólio das Defensorias Públicas na Assistência Jurídica aos hipossuficientes.

Ora, a Assistência Jurídica não é, e nem pode ser, atividade privativa da Defensoria Pública, sob a pena de o cidadão perder o direito de escolha e tornar-se servo em vez de cidadão, dificultando e negando serviço essencial e fundamental, violando sua autonomia ao se criar redutos de corporações.

Ademais, viola o Estado Democrático de Direito e os Direitos Humanos da pessoa humana, a cultura do monopólio de "pobre" com o intuito de vedar que o mesmo tenha opções de escolha, ou seja, deixando de ser sujeito e tornando-se objeto.

Portanto é **CONSTITUCIONAL E LEGÍTIMA**, a extensão da Assistência Jurídica aos desamparados e hipossuficientes, inclusive, podendo ser criado a nível municipal, pois, de certa forma, os desgastantes e robustos impostos serão, em parte, e de certa forma, revertidos aos cuidados de quem os "paga".

Assim, na esperança de contar com o indispensável apoio dessa ilustre Casa Legislativa, submeto à apreciação o Anteprojeto de Lei em tela, valendo-se do ensejo para renovar a Vossas Excelências, nossas afirmações de admiração e apreço, esperando que seja apreciado e aprovado pelos Dignos Pares, respeitado os trâmites regimentais.

Sala das Sessões, aos 28 de agosto de 2024.

**JEAN FÁBIO COSTALONGA**  
Vereador



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

**ANTEPROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº. 06/2024**

**CRIA A ASSISTÊNCIA JURÍDICA MUNICIPAL NO  
AMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE  
JAGUARÉ/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**, Estado do Espírito Santo, através do vereador que a este subscreve consubstanciados na Lei Orgânica Municipal c/c Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguaré/ES, apresenta, na forma regimental, o seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º.** A Assistência Jurídica Municipal é destinada a propiciar acesso aos serviços jurídicos gratuitamente disponibilizados pelo Município, aos seus munícipes, definidos como necessitados socioeconomicamente, incumbindo-lhe a orientação jurídica e assistência, em todos os seus graus, exclusivamente dentro de determinadas áreas de atuação jurídica disciplinadas nesta Lei.

**Art. 2º.** Fica criada a Assistência Jurídica Municipal no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual, além de outras atribuições que lhe forem confiadas, deverá ter específica atuação no âmbito do Direito Civil sem restrição de matéria, Infância e Juventude, excluindo-se toda e qualquer outra área do Direito, competindo-lhe:

- I - Promover a conciliação entre as partes, quando conveniente, antes da propositura de qualquer ação ou medida judicial dentro da esfera de atuação disciplinada em lei;
- II - Atuar na defesa dos interesses do necessitado, promovendo, contestando e recorrendo, se for o caso, exclusivamente na Comarca de Jaguaré, em ações dispostas no Código Civil Brasileiro e demais leis pertinentes ao interessado;



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

III - Atuar como Curador Especial dos necessitados nos casos previstos em Lei;

**Parágrafo único.** Fica incluído na atuação da Assistência Jurídica Municipal as sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente

**Art. 3º.** A Assistência Jurídica Municipal estará subordinada à Procuradoria-Geral do Município, competindo-lhe:

I - Dirigir e representar a Assistência Jurídica Municipal, superintendendo-lhe os trabalhos;

II - Apresentar à Procuradoria-Geral do Município, no início de cada ano, até o dia 10 (dez) do mês de janeiro, relatório das atividades desempenhadas pela Assistência jurídica durante cada período, o qual deverá ser encaminhado ao Chefe do Executivo Municipal para ciência e análise;

III - Requisitar a quaisquer órgãos da Administração Pública de qualquer esfera (federal, estadual e municipal), documentos, exames, diligências, perícias, vistorias, providências, informações e esclarecimentos necessários a atuação da Assistência Jurídica Municipal;

IV - Manter registro estatístico dos atendimentos e da produção jurídica dos trabalhos efetuados, bem como, pastas de assentamentos dos procedimentos realizados no âmbito da Assistência Jurídica Municipal;

V - Requerer a realização de convênios com Instituições Educacionais Públicas ou Privadas, OAB/ES, para atuação de profissionais regularmente inscritos nos quadros da OAB/ES, preferencialmente, com inscritos a nível de subseção Municipal de Jaguaré, na Assistência Jurídica Municipal, cabendo à PGM superintender e acompanhar os trabalhos desenvolvidos por esses;

**Parágrafo único.** Tais convênios, conforme alínea V, do presente artigo, serão regulamentados nos termos da Lei e por Decreto Municipal, descrevendo a forma como se dará o Convênio e a respectiva contribuição financeira para tanto e sua forma de liquidação.

**Art. 4º.** Aos advogados atuantes na Assistência Jurídica Municipal, aplicam-se as seguintes vedações:



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

- I - Receber a qualquer título, e sob qualquer pretexto, honorários advocatícios, percentagens ou custas processuais;
- II - Patrocinar qualquer ação ou medida contra o Município de Jaguaré ou qualquer outro ente estatal municipal;
- III - Promover quaisquer ações ou medidas que não sejam as contempladas no Código Civil Brasileiro;
- IV - Atender qualquer munícipe que não tenha sido previamente submetido à triagem sócio-econômica-financeira pelos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo único.** Eventuais condenações sucumbenciais arbitradas pelo Juízo, nas causas onde houver atuação da Assistência Jurídica Municipal, serão revertidas aos cofres do Município de Jaguaré.

**Art. 5º.** Para obter o direito ao atendimento da Assistência Jurídica Municipal, o munícipe interessado deverá submeter-se a prévia análise socioeconômica- financeira, a qual será realizada por servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo tal condição indispensável para o atendimento.

**§ 1º.** O necessitado deverá obrigatoriamente manter comprovado domicílio neste Município, e, ainda, possuir comprovada renda mensal familiar conforme critérios previstos na seção I, capítulo IV, da Lei nº 8.742/93, alterado pela Lei nº 9.720/98, de 30 de novembro de 1.998.

**§ 2º.** Para otimizar o atendimento, bem como, buscar imprimir celeridade e melhor disposição organizacional, a estrutura física da Assistência Jurídica Municipal, deverá funcionar anexa à Secretaria Municipal de Assistência Social ou quaisquer de suas dependências e/ou extensões.

**§ 3º.** O horário de atendimento ao público necessitado será, de regra, o mesmo adotado pelo Município de Jaguaré, quanto aos serviços administrativos, observando-se respeitar a carga horária máxima semanal dos servidores atuantes na Assistência Jurídica Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

**§ 4º.** Eventual estipulação de horário de atendimento diferenciado ao disposto no §3º deste artigo, se dará mediante regulamentação por Decreto Municipal.

**§ 5º.** Para viabilizar o trâmite administrativo e judicial decorrentes do atendimento aos necessitados já previamente selecionados, o Município poderá, mediante regulamentação através de Decreto Municipal, atendidos os pressupostos de conveniência e oportunidade, limitar o número de atendimentos diário e mensal.

**Art. 6º.** Fica o executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à execução desta Lei.

**Art. 7º.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações necessárias à execução desta Lei.

**Art. 8º.** As disposições constantes nesta Lei entram em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 28 de agosto de 2024.

**JEAN FÁBIO COSTALONGA**  
**Vereador**